



T1721001N

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 06/2025

## TÉCNICO JUDICIÁRIO

NOME \_\_\_\_\_

INSCRIÇÃO \_\_\_\_\_

Nível  
**MÉDIO**

**PROVA**

**01**

Na Folha de Respostas, no local indicado, lembre-se de preencher o Número da Prova!

### Material recebido

- ✓ Prezado(a) candidato(a), além deste Caderno de Questões com **sessenta questões objetivas e uma discursiva (redação)**, você receberá as Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Discursiva. Verifique se seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição estão corretos.
- ✓ Confira seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração.

### Material a ser devolvido

- ✓ Os únicos documentos válidos para a avaliação são as Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Discursiva, as quais devem ser devolvidas ao fiscal devidamente assinadas nos locais destinados a esse fim.
- ✓ Na Folha de Respostas, os alvéolos devem ser preenchidos da seguinte maneira: ●
- ✓ Para todo e qualquer preenchimento, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

### Duração da prova e permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 05 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, você estará liberado(a) para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, entretanto NÃO poderá se retirar da sala com qualquer tipo de anotação e/ou com o Caderno de Questões.
- ✓ O(A) candidato(a) poderá levar consigo este Caderno de Questões no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o término da prova.
- ✓ Os(As) três últimos(as) candidatos(as) só poderão se retirar da sala juntos(as), após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.

### Divulgação

- ✓ Os Cadernos de Questões e os Gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AACP**, no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), conforme previsto em Edital.

**\*O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, neste Caderno e nas Folhas de Respostas e de Versão Definitiva da Discursiva incorrerá em sua eliminação.**



**instituto aocp**



## Língua Portuguesa

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 7.

### O direito ao lazer e os direitos culturais sob uma perspectiva multidisciplinar

José Olímpio Ferreira Neto  
José Davi Leite Castro  
Marcos Teodorico Pinheiro de Almeida

O lazer é um conjunto de ocupações em que o indivíduo se envolve de livre vontade para repousar, para se divertir, recrear, entreter-se ou para desenvolver a sua formação desinteressada, assim como exercer a sua participação social voluntária ou manifestar sua livre capacidade criadora longe do ambiente laboral e de suas obrigações. Apesar de não haver uma consonância para a definição de lazer, é possível dizer que está em oposição ao trabalho, cuja origem está no termo latino *tripaliare*, um instrumento de tortura composto por três paus que remete a ideia inicial de sofrimento, de sofrer.

Direito ao lazer, no ordenamento jurídico brasileiro, está esparso e encontra escopo no texto constitucional e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na Constituição Brasileira de 1988, é possível observar o termo lazer no artigo 6º, que trata dos direitos sociais, devendo, assim, estar ao acesso de todos indistintamente, uma vez que é indispensável para assegurar a dignidade da pessoa humana. É preciso destacar ainda, no texto constitucional, o artigo 7º, que trata dos direitos dos trabalhadores, no qual estão assegurados, entre outros direitos, o descanso, as férias, a aposentadoria e, também, o lazer.

O direito ao lazer é uma matéria intrinsecamente ligada ao Direito do Trabalho, pois, com o processo de urbanização, industrialização e a comunicação de massa, elementos herdados da Revolução Industrial, a discussão sobre o lazer e o seu acesso ganham destaque, pois este é essencial para a vida humana.

Os direitos culturais, assim como o direito ao lazer, também têm fulcro na dignidade da pessoa humana e são garantidos pela Constituição, explicitamente no artigo 215. Os direitos culturais são aqueles afetos às artes, às memórias coletivas e ao fluxo dos saberes. Esses três grandes grupos representam a fruição de diversas formas de manifestação da cultura, plasmada em equipamentos culturais ou em bens patrimoniais materiais ou imateriais.

Ao fazer a leitura do texto constitucional, é possível inferir alguns princípios, tais como o princípio do pluralismo cultural e o princípio da universalidade. Ambos garantem o pleno acesso aos bens culturais que têm gênese nos diversos povos que compõem o povo brasileiro. É preciso destacar ainda o princípio da participação popular, que garante a participação da comunidade na salvaguarda dos bens culturais e nas políticas encetadas para o setor.

Os entes brasileiros têm responsabilidade na promoção da cultura, garantindo o acesso a todos indistintamente. Muitos desses bens estão dispostos em equipamentos culturais que difundem as variadas expressões, tais como bibliotecas, centros culturais, teatros, museus, cinemas e parques. O estabelecimento desses bens culturais, por meio das políticas intersetoriais, favorece uma valorização dos contextos socioculturais de forma ampla, indo ao encontro das perspectivas de áreas como a Educação Física. Nesse contexto, a Educação Física e outras áreas, como a História ou mesmo o Direito, podem figurar nesses equipamentos para intervir e reforçar a ideia de construção coletiva do prazer e alegria nos momentos e ambientes de lazer, com base nas possibilidades sociais e culturais de determinado grupo/região, de forma a propiciar uma melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e favorecer a humanização desses seres diante de uma participação cidadã consciente e integrada. [...]

É possível afirmar que a cultura, em suas várias formas de expressão, é um meio para o lazer e há relações de reciprocidade entre os campos. Os equipamentos culturais presentes em uma cidade podem ser considerados como possibilidades de lazer para seus moradores, pois é uma via onde circulam as artes, as memórias e os saberes. Sendo assim, certamente, também podem ser entendidos como equipamentos de lazer. Dessa forma, pensar em políticas intersetoriais, com agentes de diversas áreas, proporciona um olhar multidisciplinar, garantindo acesso ao lazer e aos bens culturais, assegurando uma formação humana digna e ampla. [...]

O tempo livre, neste contexto social, aflora no homem a culpa por obtê-lo. Entretanto, para Gaelzer, “o tempo livre é oportunidade; oportunidade é liberdade; liberdade permite eleição, escolha. O valor do tempo livre vai depender do uso que lhe for atribuído”. Assim, carece no homem da sociedade de consumo a consciência diante do seu tempo e de opinar sobre ele, reconhecendo maneiras sadias de saciar suas necessidades de crescimento interior, amadurecimento, sabedoria e felicidade.

Adaptado de: <https://www.conjur.com.br/2021-ago-22/opiniaodireito-lazer-direitos-culturais/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

1

De acordo com a leitura do texto, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) Instituições culturais como museus e teatros, ao servirem como plataformas para expressões artísticas, assumem igualmente o papel de atividades de lazer.
- (B) A dinâmica entre lazer e trabalho é de antagonismo, pois o labor, desde sua gênese, está vinculado a uma percepção de dor, enquanto o lazer simboliza sua negação.
- (C) A perspectiva gaelzeriana defende que a verdadeira valia do tempo livre emerge exclusivamente de sua aplicação consciente, fruto do poder de autodeterminação.
- (D) Tanto o direito ao lazer quanto os direitos culturais encontram, na dignidade da pessoa humana, seu fundamento constitucional comum no ordenamento jurídico brasileiro.
- (E) Constitui dever do Estado, com base no princípio da supremacia do interesse público, garantir o acesso universal aos patrimônios culturais pelas e das mais variadas etnias que integram a sociedade brasileira.

2

Considerando a análise de determinados elementos linguísticos presentes no texto, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) No trecho “[...] um instrumento de tortura composto por três paus que remete a ideia inicial de sofrimento, de sofrer.”, deveria haver acento indicativo de crase no “a” destacado.
- ( ) No trecho “[...] com o processo de urbanização, industrialização e a comunicação de massa [...]”, a discussão sobre o lazer e o seu acesso ganham destaque [...]”, a preposição em destaque introduz um segmento com valor causal.
- ( ) Em “Muitos desses bens estão dispostos em equipamentos culturais que difundem as variadas expressões [...]” e em “É possível afirmar que a cultura [...] é um meio para o lazer [...]”, os termos destacados têm a mesma função gramatical.
- ( ) Em “[...] O valor do tempo livre vai depender do uso que lhe for atribuído”. Assim, carece no homem da sociedade de consumo a consciência diante do seu tempo [...]”, os termos destacados acentuam-se por apresentarem tonicidade na penúltima sílaba tônica (são paroxítonos).
- ( ) O trecho “[...] a cultura, em suas várias formas de expressão, é um meio para o lazer e há relações de reciprocidade entre os campos.” poderia ser reescrito, sem prejuízo gramatical, da seguinte forma: “[...] a cultura, em suas várias formas de expressão, é um meio para o lazer e existe relações de reciprocidade entre os campos.”.

- (A) F – V – V – F – V.
- (B) F – V – V – V – F.
- (C) V – V – F – F – F.
- (D) V – F – F – F – V.
- (E) V – F – F – V – F.

**3**

**Assinale a alternativa em que a substituição proposta entre parênteses para a expressão destacada pode ser realizada sem que haja, com isso, alteração de sentido.**

- (A) “Apesar de não haver uma consonância para a definição de lazer, é possível dizer que está em oposição ao trabalho [...]” (Não obstante).
- (B) “Os equipamentos culturais presentes em uma cidade podem ser considerados como possibilidades de lazer para seus moradores, pois é uma via onde circulam as artes, as memórias e os saberes. Sendo assim, certamente, também podem ser entendidos como equipamentos de lazer.” (Conquanto).
- (C) “Sendo assim, certamente, também podem ser entendidos como equipamentos de lazer. Dessa forma, pensar em políticas intersetoriais, com agentes de diversas áreas, proporciona um olhar multidisciplinar [...]” (Outrossim).
- (D) “O tempo livre, neste contexto social, aflora no homem a culpa por obtê-lo. Entretanto, para Gaelzer, ‘o tempo livre é oportunidade; oportunidade é liberdade; liberdade permite eleição, escolha. O valor do tempo livre vai depender do uso que lhe for atribuído.’” (Destarte).
- (E) “[...] O valor do tempo livre vai depender do uso que lhe for atribuído’. Assim, carece no homem da sociedade de consumo a consciência diante do seu tempo e de opinar sobre ele [...]” (Ademais).

**4**

**Tendo em vista a análise de determinados elementos linguísticos presentes no seguinte trecho: “O lazer é um conjunto *de ocupações* em que o indivíduo se envolve *de livre vontade* para repousar, para se divertir, recrear, entreter-se ou para desenvolver a sua formação desinteressada [...]”, assinale a alternativa correta.**

- (A) Os pronomes sublinhados têm referentes distintos.
- (B) O pronome “se” sublinhado funciona, nesse contexto, como partícula apassivadora.
- (C) As expressões em itálico: “de ocupações” e “de livre vontade” desempenham, nesse trecho, a mesma função sintática.
- (D) Os verbos conjugados, presentes no trecho, foram empregados no mesmo tempo verbal.
- (E) A preposição “para”, nas três vezes em que foi empregada, introduz orações com valor causal.

**5**

**Considerando o processo de formação de cada palavra destacada a seguir, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.**

- I. Em “[...] para desenvolver a sua formação desinteressada [...]” e em “[...] garantindo o acesso a todos indistintamente.”, os termos destacados apresentam prefixos de sentido equivalente.
- II. No trecho “[...] o princípio do pluralismo cultural e o princípio da universalidade.”, os termos em destaque apresentam sufixos formadores de nomes.
- III. Em “[...] garante a participação da comunidade na salvaguarda dos bens culturais e nas políticas encetadas para o setor.”, o termo destacado formou-se pela aglutinação de dois outros termos já existentes.
- IV. Em “[...] favorece uma valorização dos contextos socioculturais de forma ampla, indo ao encontro das perspectivas de áreas como a Educação Física.”, o substantivo em destaque formou-se a partir de uma redução verbal.
- V. Em “[...] pensar em políticas intersetoriais, com agentes de diversas áreas, proporciona um olhar multidisciplinar [...]”, os termos destacados estruturaram-se por processos distintos de formação de palavras.

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas II, III e V.
- (C) Apenas I, II e IV.
- (D) Apenas II, IV e V.
- (E) Apenas IV e V.

6

Analise os excertos a seguir:

- “Direito ao lazer, no ordenamento jurídico brasileiro, está esparso e encontra escopo no texto constitucional e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).”.
- “Os direitos culturais, assim como o direito ao lazer, também têm fulcro na dignidade da pessoa humana e são garantidos pela Constituição [...]”.
- “[...] o princípio da participação popular, que garante a participação da comunidade na salvaguarda dos bens culturais e nas políticas encetadas para o setor.”.

Os termos destacados em cada um dos excertos têm sentido semelhante, respectivamente, a

- (A) avulso, base, iniciadas.
- (B) reunido, suporte, projetadas.
- (C) compilado, pilar, introduzidas.
- (D) separado, essência, findadas.
- (E) espalhado, superfície, instituídas.

7

Quanto aos usos adequados das vírgulas e suas respectivas funções no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) No trecho “Na Constituição Brasileira de 1988, é possível observar o termo lazer no artigo 6º [...]”, a vírgula empregada tem uso facultativo.
- (B) Em “[...] com o processo de urbanização, industrialização e a comunicação de massa, elementos herdados da Revolução Industrial, a discussão sobre o lazer e o seu acesso ganham destaque [...]”, o papel de todas as vírgulas utilizadas é separar elementos de mesma função sintática, coordenados entre si.
- (C) No período “É preciso destacar ainda, no texto constitucional, o artigo 7º, que trata dos direitos dos trabalhadores, no qual estão assegurados, entre outros direitos, o descanso, as férias, a aposentadoria e, também, o lazer.”, as vírgulas empregadas são obrigatórias, de acordo com a sintaxe da língua.
- (D) Em “É preciso destacar ainda o princípio da participação popular, que garante a participação da comunidade na salvaguarda dos bens culturais e nas políticas encetadas para o setor.”, a vírgula empregada poderia ser suprimida sem alteração no sentido proposto ao trecho.
- (E) Em “Assim, carece no homem da sociedade de consumo a consciência diante do seu tempo [...]”, o trecho destacado deveria estar isolado por vírgulas, devido tanto à sua função adverbial quanto à sua posição na sentença.

8

Considerando as regras de utilização do correio eletrônico (e-mail), previstas no Manual de Redação Oficial da Presidência da República, assinale a alternativa correta.

- (A) Como gênero textual, diferentemente do ofício, o e-mail não pode ser considerado um documento oficial. Portanto, não se faz necessário priorizar o uso de linguagem compatível com uma comunicação oficial.
- (B) Um dos atrativos de comunicação por correio eletrônico é sua flexibilidade. Assim, não interessa definir padronização da mensagem comunicada. No entanto, devem-se observar algumas orientações quanto à sua estrutura.
- (C) O e-mail pode alcançar valor documental, desde que redigido segundo os parâmetros de integridade, autenticidade e validade jurídica, o que torna prescindível a certificação digital.
- (D) É obrigatório que todas as instituições da administração pública adotem um padrão de texto de assinatura no e-mail. A assinatura deve conter o nome completo, o cargo, a unidade, o órgão e o telefone do remetente.
- (E) “Atenciosamente” é o fecho padrão em comunicações oficiais. Entretanto, com o uso do e-mail, popularizou-se o emprego de abreviações como “Att.”, e de outros fechos, como “Abraços”, “Saudações”, os quais, devido à alta frequência de utilização, atualmente, tornaram-se também fechos oficiais, apesar do grau de informalidade.

## Matemática/Raciocínio Lógico

9

A central de triagem do TJPR recebeu 96 processos. Considerando a natureza dos processos e o fluxo de distribuição deles entre os servidores,  $\frac{1}{3}$  dos processos foi enviado para revisão,  $\frac{5}{16}$  para diligência,  $\frac{1}{8}$  foi arquivado diretamente e o restante foi redirecionado para a Unidade Especial de Controle. Nessa unidade, um dos processos recebidos tinha máxima urgência e seguiu seus trâmites rapidamente, sob a responsabilidade de Alaor. Os demais processos serão divididos entre os servidores Bianca, Caio e Denise, de tal forma que essas quantidades sejam números inteiros e consecutivos. Nesse caso, quantos processos receberá o servidor com maior quantidade de processos na Unidade Especial de Controle?

- (A) 5.
- (B) 6.
- (C) 7.
- (D) 8.
- (E) 9.

10

Três servidores – Érika, Fábio e Gustavo – receberam a tarefa de revisar, juntos, 360 processos. Sabe-se que Érika revisou o dobro da quantidade de processos que Fábio, e Gustavo revisou 20 processos a mais que Fábio. Dessa forma, o percentual, em relação ao total, que Gustavo precisa revisar

- (A) está entre 25% e 30%.
- (B) está entre 30% e 35%.
- (C) está entre 35% e 40%.
- (D) é menor que 25%.
- (E) é maior que 40%.

11

Três servidores do TJPR devem dividir entre si 315 relatórios com o objetivo de revisá-los e dar os devidos encaminhamentos. Sabe-se que a quantidade de relatórios designados para Hélio está para a quantidade de relatórios designados para Inês assim como 2 está para 3. Sabe-se, também, que a quantidade de relatórios designados para Inês está para a quantidade de relatórios designados para Jair assim como 4 está para 5. Se respeitadas as proporções, quantos relatórios Jair deve receber?

- (A) 105.
- (B) 115.
- (C) 125.
- (D) 135.
- (E) 145.

12

Em certa unidade do Poder Judiciário, o tempo médio para a finalização de demandas é diretamente proporcional ao número de processos pendentes e inversamente proporcional ao número de servidores disponíveis. Sabe-se que, quando há 480 processos pendentes e 8 servidores disponíveis, o tempo médio para a finalização das demandas é igual a 12 dias. Diante dessas condições, se considerarmos 6 servidores disponíveis, em quantos dias, em média, seriam finalizados 630 processos pendentes?

- (A) Em 18 dias.
- (B) Em 21 dias.
- (C) Em 24 dias.
- (D) Em 27 dias.
- (E) Em 30 dias.

**13**

Em um projeto para ampliar a informatização de um Tribunal de Justiça, apenas dois tipos de licenças de software foram adquiridos. A licença tipo A desse software custa R\$ 120 para instalação e utilização em cada máquina, enquanto a licença tipo B desse software custa R\$ 150 por máquina. Sabendo que, no total, foram compradas 40 licenças e que o valor total utilizado com as licenças foi igual a R\$ 5.700, assinale a alternativa que apresenta a quantidade de licenças do tipo B que foram adquiridas.

- (A) 10.
- (B) 15.
- (C) 20.
- (D) 25.
- (E) 30.

**14**

Considere as seguintes proposições simples:

**P:** “O servidor concluiu a análise.”

**Q:** “O sistema emitiu o parecer.”

Analisando a tabela-verdade da proposição composta “O servidor concluiu a análise e o sistema não emitiu parecer, então o servidor não concluiu a análise”, é correto afirmar que a quantidade de linhas em que os valores-verdade são V (verdadeiros), para essa proposição composta, é

- (A) 4.
- (B) 3.
- (C) 2.
- (D) 1.
- (E) 0.

**15**

Considere o seguinte argumento:

**Premissa 1:** Se o processo foi digitalizado, então ele está disponível no sistema.

**Premissa 2:** O processo está disponível no sistema.

**Conclusão:** Logo, o processo foi digitalizado.

Em relação a esse argumento, é correto afirmar que se trata de

- (A) uma tautologia.
- (B) um argumento inválido, pois comete a falácia da negação do antecedente.
- (C) um argumento inválido, pois comete a falácia da afirmação do consequente.
- (D) um argumento válido, por *Modus Ponens*.
- (E) um argumento válido, por *Modus Tollens*.

**16**

No setor de análise processual, os técnicos devem cumprir etapas sequenciais e interdependentes. Nesse sentido, considere as seguintes proposições:

**P:** “O relatório técnico foi finalizado no sistema interno.”

**Q:** “O relatório técnico foi enviado ao setor jurídico até o prazo estabelecido.”

Sabe-se que:

“Se o relatório não foi enviado ao setor jurídico até o prazo estabelecido, então ele não foi finalizado no sistema interno.”

Assinale a alternativa logicamente equivalente à proposição acima.

- (A) Se o relatório foi finalizado no sistema, então ele foi enviado ao setor jurídico até o prazo.
- (B) Se o relatório foi enviado ao setor jurídico até o prazo, então ele foi finalizado no sistema.
- (C) O relatório foi enviado ao setor jurídico ou foi finalizado no sistema.
- (D) O relatório não foi enviado ao setor jurídico ou não foi finalizado no sistema.
- (E) Se o relatório foi finalizado no sistema, então ele não ultrapassou o prazo de envio ao setor jurídico.

## Noções de Informática

17

Softwares utilitários são programas auxiliares que realizam tarefas específicas de manutenção, segurança e otimização do sistema operacional, melhorando seu desempenho e funcionalidade. Considerando que existem várias categorias de softwares utilitários, classificados de acordo com suas funções – como compactadores de arquivos, chats, clientes de e-mails, reprodutores de vídeo, visualizadores de imagem, antivírus, entre outros –, assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, um software de chat e um visualizador de imagem.

- (A) Skype e Kaspersky.
- (B) Discord e XnView.
- (C) WinRAR e IrfanView.
- (D) Slack e Bitdefender.
- (E) WinZip e Mozilla Thunderbird.

18

Considere que você, como servidor do TJPR, está organizando documentos digitais relacionados a processos judiciais para facilitar o acesso e a organização do trabalho. Durante essa tarefa, você precisa criar várias pastas para categorizar os documentos de diferentes tipos de processos. No entanto, ao tentar nomear algumas pastas, você se depara com a mensagem de erro do Windows 11 (em português) indicando que um ou mais caracteres não podem ser utilizados no nome da pasta. Sabendo que o Windows 11 impõe restrições sobre o uso de certos caracteres ao nomear pastas e arquivos, qual dos seguintes nomes é válido para nomear uma dessas pastas?

- (A) <Tribunal
- (B) \*Tribunal
- (C) ?Tribunal
- (D) =Tribunal
- (E) :Tribunal

19

Um servidor do TJPR está elaborando um documento oficial extenso no Microsoft Word 365 (em português), contendo diversos anexos, tabelas e seções numeradas. Para facilitar a navegação do leitor, ele decide inserir uma referência cruzada que permita apontar, por exemplo, para a “Tabela 3”, localizada em outra página do documento, sem precisar digitar manualmente o número da página ou o conteúdo da tabela. Para inserir essa referência cruzada, o servidor sabe que deve acessar a guia “Inserir”, mas está em dúvida sobre qual grupo de comandos da guia utilizar para localizar essa funcionalidade.

Diante desse contexto, assinale a alternativa que apresenta o grupo que contém a funcionalidade de que esse servidor precisa.

- (A) Mídia.
- (B) Suplementos.
- (C) Páginas.
- (D) Tabelas.
- (E) Links.

20

O uso da internet envolve diversas tecnologias e ferramentas que possibilitam a navegação, a realização de pesquisas e o acesso a informações online. Entre esses recursos, há mecanismos que permitem ao navegador armazenar dados para personalizar e otimizar a experiência do usuário.

Com base nisso, assinale a alternativa que apresenta o conceito que se refere a pequenos arquivos salvos pelo navegador para registrar preferências, sessões e dados de navegação.

- (A) Web (World Wide Web).
- (B) URL (Uniform Resource Locator).
- (C) DNS (Domain Name System).
- (D) Cloud Computing.
- (E) Cookies.

**21**

No Microsoft Windows 11 (em português), o Painel de Controle organiza as configurações do sistema em categorias específicas, facilitando o acesso a opções essenciais para o funcionamento do computador. Uma dessas categorias é “Sistema e Segurança”, que agrupa opções relacionadas à proteção, ao desempenho e à manutenção do sistema.

Considerando essa organização, assinale a alternativa que apresenta a subcategoria na qual a opção “Ver o nome deste computador” pode ser localizada.

- (A) Espaços de Armazenamento.
- (B) Pastas de Trabalho.
- (C) Sistema.
- (D) Opções de Energia.
- (E) Histórico de Arquivos.

**22**

Um servidor do TJPR está elaborando um relatório interno sobre o uso de fontes externas em páginas acessadas frequentemente. Durante essa atividade, ele precisa consultar rapidamente as “Informações da página” em que está navegando, para verificar detalhes como tipo de conteúdo carregado (imagens, scripts), permissões concedidas e certificado de segurança. Para agilizar esse processo, o servidor decide usar um atalho de teclado do navegador Mozilla Firefox (em português), em vez de navegar por menus. Qual atalho de teclado o servidor deve utilizar?

(Obs.: o caractere “+” foi utilizado apenas para interpretação.)

- (A) Ctrl + I
- (B) Ctrl + Shift + J
- (C) Ctrl + U
- (D) Ctrl + Shift + M
- (E) Ctrl + Shift + E

**23**

Malware é a abreviação de “malicious software” (software malicioso), termo utilizado para descrever programas desenvolvidos com o objetivo de causar danos, roubar informações ou obter acesso não autorizado a sistemas, redes ou dispositivos. Entre os diversos tipos existentes, alguns têm como principal característica a exibição recorrente e indesejada de propagandas. Esse tipo de malware é denominado

- (A) keylogger.
- (B) rootkit.
- (C) scareware.
- (D) trojan.
- (E) adware.

**24**

A Inteligência Artificial (IA) é usada para automatizar tarefas que normalmente exigiriam inteligência humana, como interpretar linguagem, reconhecer padrões, tomar decisões e aprender com dados. Com o avanço dessas tecnologias, surgiram ferramentas especializadas em diferentes aplicações, como produção de texto, análise de dados e geração de conteúdo visual. Assinale a alternativa que apresenta a ferramenta de IA cuja principal função é gerar imagens a partir de descrições textuais.

- (A) You.com.
- (B) Quillbot.
- (C) DALL·E.
- (D) Microsoft Copilot.
- (E) Notion AI.

## Legislação

25

João é servidor do Poder Judiciário do Estado do Paraná, sujeito, portanto, aos ditames da Lei Estadual nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008, que estabelece o Regime Jurídico dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Em certa ocasião, durante o horário de expediente, João tratou de assuntos particulares na repartição. A respeito desse caso hipotético, é correto afirmar que

- (A) João deve responder pela infração disciplinar praticada e, ao final do processo administrativo, pode ser punido com advertência.
- (B) João deve responder pela infração disciplinar praticada e, ao final do processo administrativo, pode ser punido com suspensão por 30 dias, sem possibilidade de celebração de ajustamento de conduta.
- (C) João deve responder pela infração disciplinar praticada e, ao final do processo administrativo, considerando a baixa gravidade da infração disciplinar, pode ser aplicada a penalidade de advertência verbal, sem registro em ficha funcional.
- (D) João não deve responder a processo administrativo disciplinar, isso porque o fato praticado não é considerado uma infração disciplinar.
- (E) João deve responder pela infração disciplinar praticada e, ao final do processo administrativo, pode ser punido com advertência ou suspensão por até 30 dias, com possibilidade de celebração de ajustamento de conduta.

26

São princípios que regem as atividades de tratamento de dados pessoais, na forma das disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), EXCETO

- (A) adequação.
- (B) qualidade dos dados.
- (C) autodeterminação informativa.
- (D) não discriminação.
- (E) livre acesso.

27

Joana é servidora do TJPR e atua na realização e publicação de atos processuais. Considerando as funções desempenhadas por Joana, de acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, é correto afirmar que

- (A) se Joana não publicar o acórdão no prazo de até quinze dias, contados da sessão de julgamento, caberá ao Presidente do Tribunal adotar as providências cabíveis.
- (B) após lavrado e registrado o acórdão, Joana deve publicar a ementa no Diário da Justiça Eletrônico, no prazo de dez dias, certificando nos autos a respectiva data.
- (C) ainda que a intimação ocorra por meio eletrônico, Joana deve realizar a publicação do acórdão no Diário da Justiça Eletrônico.
- (D) nas causas em que houver intervenção do Ministério Público, Joana deve proceder com a intimação pessoal, na modalidade por carga ou remessa, vedada a intimação por meio eletrônico.
- (E) caso sobrevenham questões suscitadas após a publicação do acórdão, Joana deve encaminhar o processo para o Revisor, a quem compete conhecer e decidir as questões.

28

Quanto às disposições da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), assinale a alternativa correta.

- (A) A classificação de informação no grau de sigilo secreto pelos Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares deverá ser ratificada pelos respectivos Ministros de Estado, no prazo previsto em regulamento.
- (B) Os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica possuem competência para classificar o sigilo de informação no grau ultrassecreto, cuja decisão não precisa ser ratificada pelo respectivo Ministro de Estado.
- (C) A Lei de Acesso à Informação exige que a autoridade máxima de cada órgão ou entidade publique, semestralmente, rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura.
- (D) O acesso à informação classificada como sigilosa não cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.
- (E) A classificação de informação em qualquer grau de sigilo é permitida, desde que formalizada em decisão que contenha os requisitos mínimos elencados na Lei de Acesso à Informação.

29

**Nos termos do Código de Ética e de Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná, assinale a alternativa correta.**

- (A) A Comissão de Ética e de Conduta possui competência para instauração, instrução e julgamento dos processos administrativos, podendo aplicar e revisar penalidades.
- (B) Os membros da Comissão de Ética e de Conduta serão designados pela Presidência do Tribunal, para mandato de 02 (dois) anos, vedada a prorrogação.
- (C) Os membros da Comissão desempenharão suas atribuições concomitantemente com as de seus respectivos cargos, sendo-lhes devido o pagamento de uma gratificação pelo exercício da função junto à Comissão de Ética e de Conduta.
- (D) As reuniões da Comissão de Ética e de Conduta serão instaladas com a presença de, no mínimo, 03 (três) membros, dentre eles obrigatoriamente a do Presidente da comissão, sendo que as deliberações serão tomadas por maioria simples dos votos.
- (E) A Comissão de Ética e de Conduta deve se reunir trimestralmente, bem como sempre que for convocada por sua Presidência.

30

**De acordo com a Constituição do Estado do Paraná, é correto afirmar que compete ao Tribunal de Justiça do Estado**

- (A) processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns e de responsabilidade, o vice-governador do Estado.
- (B) processar e julgar, originariamente, a execução de sentença nas causas de sua competência originária, vedada a delegação de atribuições para a prática de atos processuais.
- (C) processar e julgar, originariamente, o mandado de segurança contra ato de Secretário de Estado.
- (D) processar e julgar, originariamente, as causas e os conflitos entre o Estado e os Municípios, com exceção dos conflitos entre as respectivas entidades da administração indireta.
- (E) processar e julgar, originariamente, os mandados de injunção, salvo quando a omissão legislativa for ocasionada no âmbito municipal.

## **Noções de Direito Constitucional**

31

**Considere que determinado cidadão, preocupado com a carga tributária a que estava submetido no estado em que residia, formalizou pedido perante a Secretaria da Fazenda, solicitando o acesso a informação relativa aos tributos estaduais por ele pagos durante determinado lapso temporal. O pedido foi negado, sob alegação de que as informações contidas no sistema sobre a arrecadação de tributos são sigilosas e não podem ser acessadas por particular.**

**Assinale a alternativa que apresenta o meio constitucional adequado a ser usado nessa situação.**

- (A) Mandado de Segurança.
- (B) Ação Popular.
- (C) Habeas Corpus.
- (D) Habeas Data.
- (E) Mandado de Injunção.

32

**Com base nas funções essenciais à justiça, é correto afirmar que**

- (A) a Defensoria Pública é função essencial à justiça, responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- (B) a obrigatoriedade de instituição, pelos Estados, de órgão de advocacia pública para exercício exclusivo da atividade de consultoria jurídica não é extensível aos municípios.
- (C) a autonomia funcional e administrativa e a iniciativa da proposta orçamentária são prerrogativas da Advocacia Pública e do Ministério Público que não se estendem à Defensoria Pública.
- (D) os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal possuem mandato fixo, podendo ser destituídos apenas pelo Chefe do Executivo.
- (E) a Defensoria Pública e a Advocacia Pública podem exercer a advocacia fora de suas atribuições institucionais.

**33**

**A respeito da disciplina constitucional atinente ao Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.**

- (A) As Turmas Recursais dos Juizados Especiais compõem o rol de órgãos do Poder Judiciário expressamente previstos na Constituição Federal de 1988.
- (B) O magistrado poderá ser removido, por interesse público, desde que, assegurada a ampla defesa, a decisão seja tomada por voto da maioria absoluta do tribunal ao qual pertence ou do Conselho Nacional de Justiça.
- (C) As decisões administrativas dos tribunais relativas a questões disciplinares devem observar o sigilo.
- (D) A instituição de Órgão Especial para apreciar questões relativas à constitucionalidade das normas é obrigatória para todos os Tribunais de segundo grau.
- (E) Compete ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) propor a criação de novas varas judiciárias em atenção à efetiva demanda judicial e à respectiva população.

**34**

**Considere a seguinte situação hipotética: João, filho de Maria e José, ambos diplomatas, nasceu na Grécia, no período em que seus pais trabalhavam no Consulado do Brasil naquele país. Em 2024, aos 18 anos, João, que havia se casado com uma italiana, formalizou requerimento para obtenção da cidadania italiana, que foi deferido. A partir da situação narrada, assinale a alternativa correta.**

- (A) João é brasileiro nato, mas perdeu a nacionalidade brasileira após a aquisição da cidadania italiana.
- (B) João é brasileiro nato e mantém a nacionalidade brasileira com a aquisição da cidadania italiana.
- (C) João é brasileiro naturalizado e mantém a nacionalidade brasileira com a aquisição da cidadania italiana.
- (D) João é brasileiro naturalizado, mas perdeu a nacionalidade brasileira após a aquisição da cidadania italiana.
- (E) João não é brasileiro, uma vez que, nascido no estrangeiro, optou, aos 18 anos, pela cidadania italiana.

**35**

**A respeito da intervenção, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.**

- ( ) No caso de o Poder Judiciário estadual encontrar-se inviabilizado do exercício de suas funções, será cabível a intervenção federal.
  - ( ) A intervenção dos Estados nos Municípios depende do provimento, pelo respectivo Tribunal de Justiça, da representação a ser formalizada pelo Procurador-Geral de Justiça.
  - ( ) A decretação de intervenção relacionada a desobediência de decisão judiciária pode ocorrer por requisição de algum dos seguintes Tribunais Superiores: Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
- (A) V – F – V.
  - (B) F – F – V.
  - (C) V – F – F.
  - (D) F – V – F.
  - (E) V – V – F.

## Noções de Direito Administrativo

36

Considere que o gestor de um setor administrativo de um Tribunal de Justiça Estadual, com o intuito de sanear a rotina de trabalho, adotou as seguintes providências: (A) extinguiu ordem de serviço vigente, por razões de conveniência, uma vez que não se mostrava eficiente e racional; (B) extinguiu a portaria que havia deferido a licença capacitação de determinado servidor, levando em conta que este não havia alcançado o tempo de serviço necessário para gozar da licença, conforme previsto em lei.

Diante desse contexto, acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) As providências A e B correspondem a situações de revogação do ato administrativo, cujos efeitos, como regra, operam prospectivamente.
- (B) As providências A e B correspondem a situações de anulação, cujos efeitos, como regra, operam prospectivamente.
- (C) A providência A corresponde a situação de revogação, cujos efeitos, como regra, operam prospectivamente, ao passo que a providência B corresponde a situação de anulação, cujos efeitos, como regra, operam retroativamente.
- (D) A providência A corresponde a situação de anulação, cujos efeitos, como regra, operam prospectivamente, ao passo que a providência B corresponde a situação de revogação, cujos efeitos, como regra, operam retroativamente.
- (E) A providência A corresponde a situação de revogação, cujos efeitos, como regra, operam retroativamente, ao passo que a providência B corresponde a situação de anulação, cujos efeitos, como regra, operam prospectivamente.

37

A respeito do regime jurídico da improbidade administrativa, considerada a Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021, assinale a alternativa correta.

- (A) A caracterização de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública exige o reconhecimento de dano ao erário.
- (B) As sanções por ato de improbidade administrativa podem ser executadas independentemente do trânsito em julgado da condenação.
- (C) Atualmente, após alteração na Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021, a caracterização de ato de improbidade administrativa por ato culposo ocorre nos casos em que é verificado prejuízo ao erário.
- (D) No caso de lesão ao patrimônio público, o dever de reparação previsto na Lei nº 8.429/1992, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021, deve levar em consideração ressarcimentos ocorridos nas instâncias relativas ao mesmo fato.
- (E) A aplicação das disposições da Lei nº 8.429/1992 exige a condição de agente público de todos os envolvidos no ato de improbidade.

38

Em relação aos bens públicos, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) Considera-se bem dominical aquele que se presta ao uso público em geral.
- ( ) A sede do TJPR é classificada como um bem de uso especial, assim como o são os veículos oficiais utilizados para deslocamento dos magistrados.
- ( ) A concessão de um bem público para exploração por um particular, a exemplo de uma rodovia que passa a ser gerenciada por uma concessionária, implica a derrogação da característica da indisponibilidade que originariamente grava esses bens.

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – V – F.
- (E) F – F – V.

**39**

Um servidor de determinada Vara de Execução Penal expediu o mandado com a ordem de prisão contra João, quando, no caso, deveria constar José. João, tendo sido preso, após 5 dias, entrou com ação contra o Estado requerendo o reconhecimento da responsabilização civil pelos danos por ele suportados.

Diante desse caso hipotético, tendo como base a Constituição Federal e a jurisprudência brasileira, assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado deverá responder objetivamente pelo dano, segundo a teoria do risco integral, ao passo que José poderá ser acionado regressivamente pelo Estado, independentemente de culpa.
- (B) O Estado deverá responder objetivamente pelo dano, segundo a teoria do risco administrativo, ao passo que José poderá ser acionado regressivamente pelo Estado, independentemente de culpa.
- (C) O Estado deverá responder objetivamente pelo dano, segundo a teoria do risco administrativo, ao passo que José poderá ser acionado regressivamente pelo Estado, desde que comprovada a culpa ou dolo.
- (D) O Estado deverá responder objetivamente pelo dano, segundo a teoria do risco integral, ao passo que José poderá ser acionado regressivamente pelo Estado, desde que comprovada a culpa.
- (E) O Estado deverá responder objetivamente pelo dano, segundo a teoria do risco administrativo, ao passo que José poderá ser acionado regressivamente pelo Estado, desde que comprovado o dolo, excluídos os atos de caráter culposos.

**40**

A respeito dos contratos administrativos, em atenção à Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos podem ser alteradas unilateralmente pela Administração Pública.
- (B) A Administração Pública pode promover alterações quantitativas e qualitativas nos contratos administrativos, para melhor atendimento do interesse público.
- (C) Os contratos administrativos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, até o limite de 10 anos.
- (D) Compete à Administração Pública fiscalizar a execução dos contratos administrativos, aplicando as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- (E) Os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato são de responsabilidade exclusiva do contratado.

## Noções de Direito Civil

41

**Sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), assinale a alternativa correta.**

- (A) Os hotéis, pousadas e similares já existentes deverão disponibilizar, pelo menos, 20% (vinte por cento) de seus dormitórios acessíveis, garantida, no mínimo, 1 (uma) unidade acessível.
- (B) As frotas de empresas de táxi devem reservar 10% (dez por cento) de seus veículos acessíveis à pessoa com deficiência.
- (C) As locadoras de veículos são obrigadas a oferecer um veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 50 (cinquenta) veículos de sua frota.
- (D) Considera-se veículo adaptado aquele que tenha, no mínimo, câmbio automático, direção hidráulica e comandos manuais de freio e de embreagem.
- (E) Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observada a reserva de, no mínimo, 2% (dois por cento) das unidades habitacionais para pessoa com deficiência.

42

**Quanto aos defeitos do negócio jurídico, de acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta.**

- (A) São nulos os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- (B) As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, sendo-lhe, no entanto, permitido supri-las, desde que a requerimento das partes.
- (C) Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de quatro anos, a contar da data da conclusão do ato.
- (D) O falso motivo só vicia a declaração de vontade quando expresso como razão determinante.
- (E) É anulável o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

43

**Considere que um servidor do Poder Judiciário do Estado do Paraná atualmente auxilia na análise de processos junto a uma Vara Cível da Capital. Acerca da prescrição e decadência, na forma estabelecida pelo Código Civil, é correto afirmar que esse servidor, para um bom desempenho na sua função, deve ter o conhecimento de que**

- (A) se admite a alteração dos prazos de prescrição por acordo das partes.
- (B) qualquer das partes pode alegar, em qualquer grau de jurisdição, a ocorrência da prescrição.
- (C) se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, podendo o juiz suprir a alegação.
- (D) é anulável a renúncia à decadência fixada em lei.
- (E) salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.

44

**A respeito da classificação dos bens, na forma estabelecida pelo Código Civil, é correto afirmar que**

- (A) os bens suscetíveis de remoção por força alheia são considerados bens móveis, desde que não haja alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- (B) as energias, ainda que sem valor econômico, são consideradas bens móveis para os efeitos legais.
- (C) são fungíveis os bens que podem ser substituídos por outros, seja da mesma espécie ou não, desde que na mesma qualidade e quantidade.
- (D) bens divisíveis são os que podem ser fracionados sem alteração na sua substância, ainda que a divisão promova diminuição considerável de valor, contanto que não prejudique o uso a que se destina.
- (E) o Código Civil não permite que a vontade das partes possa tornar indivisível um bem naturalmente considerado divisível.

45

Acerca da Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. O procedimento para a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à pessoa idosa terá início com requisição do Ministério Público ou auto de infração elaborado por servidor efetivo, desde que assinado por duas testemunhas.
- II. O procedimento de apuração de irregularidade em entidade governamental e não governamental de atendimento à pessoa idosa terá início mediante petição fundamentada de pessoa interessada ou iniciativa do Ministério Público.
- III. Quanto à garantia do acesso à justiça, dentre os processos de pessoas idosas, dar-se-á prioridade especial aos das maiores de 75 (setenta e cinco) anos.
- IV. As entidades governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa serão fiscalizadas pelos Conselhos da Pessoa Idosa, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei.

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas I, II e III.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas II e III.

## Noções de Direito Processual Civil

46

Um servidor do TJPR que atua na análise de recursos no âmbito cível, para o bom desempenho de suas funções, deve ter conhecimento de que

- (A) a desistência do recurso impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquele objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.
- (B) não será conhecido o recurso adesivo, se houver desistência do recurso principal ou se for ele considerado inadmissível.
- (C) os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- (D) o recurso adesivo será admissível no agravo de instrumento, na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- (E) o recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso, desde que manifestada a anuência do recorrido ou dos litisconsortes.

47

Sobre as disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Não se presume autorizado pela pessoa jurídica estrangeira a receber citação para qualquer processo o gerente de filial ou agência.
- (B) O litisconsórcio será facultativo quando por disposição de lei ou quando, pela natureza da relação jurídica controvertida, a eficácia da sentença depender da citação de todos que devam ser litisconsortes.
- (C) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado.
- (D) A participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.
- (E) No chamamento ao processo, se o chamado residir em outra comarca, seção ou subseção judiciárias, ou em lugar incerto, o prazo para promover a citação será de trinta dias, sob pena de ficar sem efeito o chamamento.

**48**

**No que concerne à audiência de conciliação ou mediação, um servidor que atua no setor de agendamento de audiências em uma Vara Cível de determinada Comarca do Estado do Paraná, para bem desempenhar suas funções, deverá ter conhecimento de que**

- (A) caso uma das partes manifeste desinteresse na designação da audiência de conciliação ou mediação, não deverá ser realizada a designação da audiência.
- (B) mesmo no caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação, considerando que as partes podem ajustar outro desfecho para a lide.
- (C) o autor será intimado pessoalmente para a audiência de conciliação ou mediação.
- (D) a pauta das audiências de conciliação ou de mediação será organizada de modo a respeitar o intervalo mínimo de trinta minutos entre o início de uma e o início da seguinte.
- (E) na audiência de conciliação ou mediação, as partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos.

**49**

**No que diz respeito à Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais), é correto afirmar que**

- (A) o preparo será feito, independentemente de intimação, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição do recurso, sob pena de deserção.
- (B) a prova oral será reduzida a escrito, devendo a sentença referir, no essencial, os informes trazidos nos depoimentos.
- (C) os embargos de declaração serão interpostos por escrito ou oralmente, no prazo de dois dias, contados da ciência da decisão.
- (D) os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso.
- (E) nos processos cujo valor da causa seja inferior a vinte salários mínimos, as partes podem interpor recursos sem a obrigatoriedade de representação por advogado.

**50**

**Acerca da função jurisdicional, na forma disciplinada pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial.
- (B) Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática.
- (C) Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que o fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil.
- (D) A pendência de causa perante a jurisdição brasileira impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.
- (E) É admissível a ação meramente declaratória, mesmo nos casos em que tenha ocorrido a violação do direito.

## Noções de Direito Penal

51

O concurso de crimes é o instituto que se verifica quando o agente, mediante uma ou várias condutas, pratica duas ou mais infrações penais. Com base nesse assunto, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) O concurso material, também chamado de real, é aquele em que o agente, mediante uma única conduta, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.
- ( ) No concurso material, há pluralidade de condutas e pluralidade de resultados.
- ( ) No que diz respeito ao concurso formal impróprio ou imperfeito, tal como no concurso material, serão somadas as penas de todos os crimes praticados pelo agente.
- ( ) De acordo com o Código Penal brasileiro, no concurso de crimes, as penas de multa são aplicadas distinta e integralmente para cada crime.

- (A) V – F – V – F.
- (B) F – V – F – V.
- (C) V – V – F – V.
- (D) F – V – V – V.
- (E) F – F – V – F.

52

Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

A \_\_\_\_\_ é a perda do direito de queixa ou de \_\_\_\_\_ em face da inércia de seu titular durante o prazo legalmente previsto.

- (A) decadência / representação
- (B) perempção / requerimento
- (C) decadência / retratação
- (D) renúncia / denúncia
- (E) prescrição / representação

53

Assinale a alternativa correta a respeito da desistência voluntária e do arrependimento eficaz no Direito Penal.

- (A) A desistência voluntária e o arrependimento eficaz são reconhecidos como causa excludente de culpabilidade.
- (B) A desistência voluntária é admitida nos crimes unissubsistentes.
- (C) O arrependimento eficaz só se aplica aos crimes materiais.
- (D) Diversamente da desistência voluntária, no arrependimento eficaz, o agente responde pela forma tentada do crime inicialmente desejado.
- (E) É possível afirmar que a desistência voluntária é tratada de forma idêntica à tentativa ou *conatus*, em que, iniciada a execução de um delito, a consumação não ocorre por circunstâncias alheias à vontade do agente.

54

Com base na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O juiz determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.
- (B) A mulher em situação de violência doméstica e familiar tem prioridade para matricular seus dependentes em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio, ou transferi-los para essa instituição, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios do registro da ocorrência policial ou do processo de violência doméstica e familiar em curso.
- (C) Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- (D) É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- (E) A ofendida tem a opção de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, cumulada com a pretensão relacionada à partilha de bens.

55

Considere que um indivíduo foi preso em flagrante transportando em seu automóvel aproximadamente 200 (duzentos) quilos de substância análoga à maconha (substância proscrita no Brasil). Durante a entrevista inicial, o indivíduo afirmou à equipe policial que não era dono da carga e que deveria levar a droga para outro estado da federação e entregar a determinado traficante. A respeito da referida conduta, é correto afirmar que

- (A) para efeito da lavratura do auto de prisão em flagrante e estabelecimento da materialidade do delito, é imperioso que o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga seja firmado por perito oficial, sendo vedada sua emissão por pessoa alheia ao quadro oficial de peritos.
- (B) em razão da caracterização do tráfico interestadual, a pena desse indivíduo será majorada de um sexto a dois terços.
- (C) ocorrendo prisão em flagrante, a autoridade de polícia judiciária fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, remetendo-lhe cópia do auto lavrado, do qual será dada vista ao órgão do Ministério Público, em 48 (quarenta e oito) horas.
- (D) o inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 60 (sessenta) dias, quando solto.
- (E) oferecida a denúncia, o juiz ordenará a notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias.

## Noções de Direito Processual Penal

56

Athos praticou crime de menor potencial ofensivo passível de ser processado no Juizado Especial Criminal de âmbito estadual (consideradas as causas de aumento ou diminuição, bem como a inexistência de eventual concurso de crimes). A respeito do procedimento a ser adotado nesse caso hipotético, é correto afirmar que

- (A) caso esse tenha sido o primeiro registro de crime cometido por Athos e não seja o caso de composição dos danos civis, o Ministério Público deverá ofertar a transação penal.
- (B) se o delito praticado por Athos for objeto de apuração em ação penal de iniciativa privada, mesmo que preenchidos os requisitos legais, o oferecimento da proposta de transação penal é privativo do Ministério Público.
- (C) sendo caso de concessão da suspensão condicional do processo, ofertada e aceita por Athos e seu defensor, preenchidos os requisitos subjetivos, caberá ao Juiz declarar a suspensão, pelo período mínimo de 02 (dois) e máximo de 05 (cinco) anos.
- (D) se Athos não for encontrado para ser citado, deverá ser providenciada sua citação por edital, ficando suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.
- (E) favorecido com a suspensão condicional do processo, após cumprir todas as condições impostas e implementado o prazo determinado, Athos deverá ser absolvido e o processo arquivado na sequência.

**57**

**Assinale a alternativa que está em conformidade com o ordenamento jurídico no que se refere ao acordo de não persecução penal.**

- (A) É dispensável a intimação da vítima quanto à homologação do acordo de não persecução penal e de seu descumprimento.
- (B) O descumprimento do acordo de não persecução penal pelo investigado não poderá ser utilizado pelo Ministério Público como justificativa para deixar de oferecer eventual proposta de suspensão condicional do processo.
- (C) Cumprido integralmente o acordo de não persecução penal, o promotor de justiça competente determinará o arquivamento dos autos.
- (D) Não sendo caso de arquivamento, independentemente da confissão formal do investigado, nos casos de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal.
- (E) Não se admite acordo de não persecução penal quando for cabível transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais.

**58**

**Conforme norma vigente, configura hipótese ou circunstância que autoriza a aplicação de medida cautelar diversa da prisão:**

- I. risco para aplicação da lei penal;
- II. garantia da ordem econômica;
- III. risco para a investigação ou instrução criminal;
- IV. nos casos expressamente previstos, risco de o investigado ou acusado voltar a praticar infração penal;
- V. crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.

**Estão corretos:**

- (A) apenas I, II, III e V.
- (B) apenas I, III, IV e V.
- (C) apenas II e V.
- (D) apenas I, III e IV.
- (E) apenas II e IV.

**59**

**Após efetivada a composição civil e sendo ela homologada pelo magistrado, Alberto (autor da infração penal) não honrou o acordo realizado com Francisco (vítima). Com base na norma vigente, especialmente na Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que**

- (A) a composição civil resultou na extinção da punibilidade de Alberto, não restando a Francisco qualquer medida a ser tomada na esfera criminal em relação aos fatos que deram origem ao acordo.
- (B) o descumprimento do acordo ensejará a revogação da composição civil e o oferecimento de denúncia contra Alberto.
- (C) o processo permanecerá suspenso até o transcurso do prazo decadencial, aguardando eventual ajuizamento de queixa-crime por parte de Francisco.
- (D) poderá ser concedida nova oportunidade para que Alberto cumpra o acordo, ficando, contudo, sujeito a novo período de provas pelo prazo de 2 (dois) anos.
- (E) deverá ser imposta uma multa a Alberto, cumulativamente com penas restritivas de direitos.

**60**

**De acordo com a Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), o condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. Ciente desse benefício, durante o cumprimento de sua pena em regime fechado, o apenado Paulo, que possui bom comportamento carcerário, trabalhou 90 (noventa) dias e participou de um curso de requalificação profissional com duração de 120 (cento e vinte) horas. A respeito desse caso hipotético, assinale a alternativa que apresenta corretamente a quantidade de dias que Paulo poderá remir de sua pena.**

- (A) 30 dias.
- (B) 40 dias.
- (C) 90 dias.
- (D) 100 dias.
- (E) 102 dias.

## Instruções para a Prova Discursiva

---

**A Prova Discursiva (Redação) será avaliada de acordo com a Tabela 14.2 do Edital de abertura do certame:**

1. Atendimento ao tema; informatividade e argumentação articuladas à temática proposta.
2. Atendimento à norma-padrão da Língua Portuguesa.
3. Coerência (progressão, articulação, não contradição) / Coesão referencial e sequencial (intra e entre parágrafos).
4. Atendimento à tipologia textual (estrutura e organização do texto dissertativo, argumentativo, expressividade e adequação vocabular).

A Folha de Versão Definitiva será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva (Redação). As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva (Redação).

**O(A) candidato(a) disporá de, no mínimo, 15 (quinze) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas para elaborar a redação da Prova Discursiva, sendo desconsiderado para efeito de avaliação qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 30 (trinta) linhas permitidas para a elaboração de seu texto.**

A Prova Discursiva (Redação) deverá ser feita à mão pelo(a) próprio(a) candidato(a), em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato(a) a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas.

O(A) candidato(a) não poderá manusear e consultar nenhum tipo de material, devendo atentar-se apenas para as informações contidas na Prova Discursiva (Redação) para sua realização.

**O(A) candidato(a) terá sua Prova Discursiva (Redação) avaliada com nota 0 (zero) em caso de:**

- a) não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto e ao conteúdo avaliado;
- b) manuscrito em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado em Edital;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) não apresentar a Prova Discursiva (Redação) na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco, ou desenvolvê-la com letra ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;
- f) apresentar identificação de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos);
- g) não redigir o número mínimo de linhas previsto no subitem 14.5 do Edital de abertura do certame.

## Discursiva (Redação)

---

### Texto 1

#### Metade dos trabalhadores aponta o dinheiro como maior causa de preocupação, diz pesquisa

Uma pesquisa da fintech Onze, em parceria com a Icatu, cedida com exclusividade ao G1, mostra que 49% dos entrevistados apontam o dinheiro como a principal fonte de preocupação. O número é maior que temas como saúde (19%), família (15%), trabalho (7%), violência (7%) e política (3%).

O estudo ouviu 8.701 pessoas, que são trabalhadores de carteira assinada (CLT), autônomos (MEI), desempregados, aposentados e funcionários públicos. Os dados revelaram um cenário crítico de falta de planejamento financeiro e sobrecarga emocional.

Dos entrevistados que assinalaram a preocupação com as finanças em primeiro lugar, 61% disseram não ter dinheiro para emergências com saúde, como acidentes, ou para ajudar amigos e familiares.

A pesquisa também revela um agravamento na situação financeira das famílias brasileiras no último ano. Atualmente, 51% dos entrevistados afirmam que a renda mensal não é suficiente para cobrir os gastos.

Adaptado de: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/07/01/metade-dos-trabalhadores-aponta-o-dinheiro-como-maior-causa-de-preocupacao-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 1 jul. 2025.

### Texto 2

#### Estresse financeiro

Quando estamos sob pressão financeira, não são apenas as nossas finanças que estão sofrendo o impacto, mas também várias outras áreas da nossa vida. Desse modo, apesar de o estresse financeiro ter suas raízes na relação com o dinheiro, trata-se também de um fenômeno complexo e multifacetado que pode desencadear uma série de respostas comportamentais e situações que merecem atenção. [...]

Mais comum do que imaginamos, portanto, o estresse financeiro ocorre quando uma pessoa se sente sobrecarregada pelas pressões financeiras, levando a preocupações persistentes e incertezas sobre o dinheiro, com impactos negativos na saúde e nas relações interpessoais.

Adaptado de: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/penso-logo-invisto/estresse-financeiro-causas-consequencias-e-estrategias-de-enfrentamento>. Acesso em: 1 jul. 2025.

### Texto 3

#### 71% dos brasileiros trabalham melhor quando estão com as contas em dia, diz pesquisa

71% dos brasileiros afirmam trabalhar melhor quando estão com as contas em dia, segundo uma pesquisa da plataforma Credits Benefícios em parceria com a Opinion Box. Quando endividados, 64% dos respondentes dizem que não conseguem cumprir demandas básicas da rotina profissional.

No tópico de saúde mental, para 66% dos profissionais entrevistados, os problemas financeiros impactam diretamente, e são comuns situações de estresse, ansiedade e insônia. O estudo foi desenvolvido nas cinco regiões do país, com mais de mil trabalhadores que possuem carteira assinada.

“Os dados mostram o real impacto das dívidas na saúde mental do trabalhador e também em sua produtividade dentro do ambiente profissional. Em um cenário de alto endividamento, é necessário entender como combater esse problema e quais são os processos que podem apoiar o trabalhador na construção de um futuro financeiro mais saudável”, comenta Guilherme Casagrande, Especialista em Educação Financeira.

Adaptado de: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/71-dos-brasileiros-trabalham-melhor-quando-estao-com-as-contas-em-dia-diz-pesquisa/>. Acesso em: 2 jul. 2025.

A partir da leitura dos Textos 1, 2 e 3, redija um texto dissertativo-argumentativo, em modalidade escrita formal da língua portuguesa, sobre o tema **“Impactos das dificuldades financeiras dos trabalhadores no desempenho profissional individual”**. Organize e relacione, de forma coerente e coesa, valores, opiniões, crenças, hipóteses e ideias para a defesa dos seus pontos de vista.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

